

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), na qualidade de Organização Não Governamental de Ambiente, e no âmbito do exercício dos direitos de informação e participação que lhe são conferidos pela legislação em vigor vem por este meio apresentar o seu parecer sobre a Revisão do PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOA (PDM).

A SPEA considera que é imperativo proteger os recursos naturais, hídricos e ecológicos no concelho de Lagoa, com particular destaque para a zona conhecida como Alagoas Brancas.

A Almargem considera que na revisão do PDM deve prevalecer a protecção dos recursos naturais ou ecológicos no concelho de Lagoa, incluindo as linhas de água, as zonas costeiras e em especial a zona de Alagoas Brancas, por considerar esta área de extrema importância para inúmeras espécies de fauna, nomeadamente espécies de aves.

A zona húmida das Alagoas Brancas é uma zona húmida de água doce, sazonal, localizada no concelho de Lagoa, dentro da área urbana da cidade. Representa a área restante de uma antiga zona húmida mais vasta, que outrora deu o nome à cidade, e também ao concelho. Esta zona, não obstante a sua reduzida dimensão, possui uma interessante diversidade de espécies de aves, incluindo algumas com protecção legal, e importantes do ponto de vista de conservação das populações nacionais e europeias. É ainda importante salientar que as Alagoas Brancas é uma das últimas zonas húmidas de água doce no Algarve, realçando ainda mais a importância deste local para a região Algarvia, do ponto de vista dos seus valores naturais.

Esta zona húmida gera um efeito de esponja para o excesso de águas pluviais, pelo que, o seu desaparecimento resultará numa elevada probabilidade de inundação em toda a área urbana, que é necessário ter em consideração, até porque esta zona já se encontra integrada pela Câmara Municipal de Lagoa na Estrutura Ecológica Municipal, por se tratar de uma "zona ameaçada pelas cheias". É necessário ter também em consideração a forte componente cultural e histórica desta área, que se encontra intrinsecamente associada à toponímia da cidade, pelo que além da intenção de destruição desta área para construção, existirá inevitavelmente uma perda enorme associada à identidade da cidade.

O estudo realizado em 2019, promovido pela associação Almargem, com colaboração da SPEA, veio trazer nova informação sobre esta zona, revelando novos dados que mostram que este não é o local indicado para qualquer tipo de construção – “Existe uma real ameaça à estabilidade desta zona, por ser uma zona cársica com tectónica ativa, a qual pode colapsar por excesso de carga na superfície” – pode ler-se no estudo “Valorização das Zonas Húmidas do Algarve – Alagoas Brancas”. Devido às referidas características cársicas é necessário também ter especial atenção para o risco de contaminação dos aquíferos.

Se dúvidas houvessem sobre a importância de preservação deste espaço, estas deixaram de haver após o referido estudo, resultante de uma candidatura aprovada ao Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética, que foi coordenado pela Associação Almargem com o apoio da coordenação científica da Sociedade Portuguesa para Estudo das Aves – SPEA e que contou com uma vasta equipa técnica formada por alguns especialistas independentes, bem como por entidades como o Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, do Tagis – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal e do *cE3c – Centre for Ecology, Evolution & Environmental Changes* da Universidade de Lisboa.

Este estudo revelou que, apesar da sua pequena dimensão, esta área apresenta uma vasta riqueza em vida selvagem, nomeadamente em espécies com estatutos de protecção elevados. Foram registadas 114 espécies de aves, sendo durante o Inverno que esta área assume uma maior importância para os milhares de indivíduos que a ela recorrem quer para passarem o Inverno quer como zona de passagem para descanso, refúgio e alimentação, durante as longas rotas de migração. A zona alberga cerca de 1% da população regional (Mediterrâneo, Mar Negro e África Ocidental) de ibis-preta, *Plegadis falcinellus*, tendo sido registados 560 indivíduos nos meses de novembro a fevereiro, assim como uma diversidade de

espécies de aves aquáticas ao longo do ano, de onde se destaca a nidificação de camão *Porphyrio porphyrio*. Além destas espécies, há ainda utilização desta área por inúmeras espécies de aves incluídas no Anexo A-1 do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro (Diretiva Aves e Habitats).

A área engloba habitats naturais e semi-naturais constantes do Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, tendo sido registada a presença de *Crypsis aculeata*, uma planta pouco comum em Portugal. Destaca-se ainda que o local alberga oito espécies de artrópodes com valor de conservação, nomeadamente crustáceos (*Chirocephalus diaphanus*; *Hemidiaptomus roubai*), borboletas (*Danaus plexippus*; *Euphydryas aurinia*; *Melitaea aetherie*; *Melitaea didyma*) diurnas, uma espécie de libélula (*Hemianax ephippiger*) e uma espécie de grilo (*Svercus palmatorum*). Foram treze as espécies de répteis identificadas para o local, salientando-se a presença do cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) e a osga-turca (*Hemidactylus turcicus*), ambas com estatutos de conservação desfavorável. Fica ainda o registo da ocorrência da rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), anfíbio que possui estatuto de proteção desfavorável estando classificada como *Quase Ameaçada* (NT).

Perante os dados demonstrados pelo recente estudo, consideramos que o parecer N.º 64327/2017, datado de 28/12/2017, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas sobre as Alagoas Brancas, deverá ser corrigido de modo a refletir devidamente a fauna e flora presentes na área. Esta é também uma excelente oportunidade para a Câmara Municipal de Lagoa aproveitar o potencial que esta zona húmida apresenta bem como toda a biodiversidade associada para trabalhar várias vertentes tais como a educação ambiental, a investigação e/ou a proteção de ecossistemas, essenciais à proteção da natureza e à minimização dos impactes às alterações climáticas.

As medidas propostas para compensar a construção planeada na zona das Alagoas Brancas, nomeadamente através da criação de um espaço verde a cerca de 500 metros a poente das Alagoas e de um conjunto de espelhos de água artificial, não são aceitáveis pois não terão capacidade de substituir todo o ecossistema já existente e funcional nas Alagoas Brancas nem garantir que este novo espaço possa ter condições para executar as mesmas funções e serviços que já nos são prestados pela zona húmida aqui em causa apesar do seu estado de degradação.

Leia-se que uma das razões para a revisão deste PDM é a desatualização da estratégia e modelo de ordenamento do Município, por força do longo período de tempo decorrido “as mudanças no paradigma desenvolvimento, quase exclusivamente suportado no imobiliário e turismo (este muitas vezes como mote para promover aquele); apoiado no turismo de massas, de sol e praia, e com turistas essencialmente ingleses e alemães;” - está de facto ultrapassado e em colisão com o que se pretende ser o equilíbrio entre o Homem e a Natureza.

As Alagoas Brancas são dos poucos sítios no Concelho que ao beneficiarem de uma proteção especial poderão ser alvo de financiamento nacional e/ou internacional e permitir ainda a continuidade do uso deste espaço como elo estruturante de todo o ciclo de vida ecológico de muitas espécies.

A SPEA considera ainda que as Alagoas Brancas, sob medidas de proteção legal, poderão ser de elevada importância para a cidade de Lagoa, nomeadamente através dos impactos de:

- Criação de infraestruturas de apoio para a prática de *birdwatching*, sendo que este turismo de nicho tem vindo a crescer na região do Algarve atraindo centenas de turistas estrangeiros, com elevado poder de compra e muito sensíveis a todas as questões ambientais;

- Estruturação e desenvolvimento de ações regulares, com projetos anuais a desenvolver com as escolas do concelho, poderia colocar “Lagoa” no mapa das boas práticas do uso de recursos naturais existentes, sensibilizando e informando os mais jovens, sendo que este poderia ser um “laboratório” fora do contexto de sala em que os educadores poderiam explorar vários temas que se encontram dentro dos programas obrigatórios. Por último referir, gostaríamos de questionar como é que a Comunidade Intermunicipal do Algarve encomendou o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC - AMAL) com o objetivo de preparar a região do Algarve para as alterações climáticas previstas, onde os 16 Municípios da região pareciam empenhados e preocupados com esta temática e depois exista a intenção de destruir zonas húmidas, conhecidas pelo seu papel importante no combate às alterações climáticas. Consideramos que deveria ser seguida uma postura coerente com o PIAAC, e que zonas húmidas como as Alagoas Brancas sejam devidamente reconhecidas como área de elevado valor natural e com potencial de aproveitamento sustentável.

Posto isto, a SPEA apela a que sejam tidos em consideração estes argumentos na retificação do PDM de Lagoa, de forma a não permitir a destruição das Alagoas Brancas, e que sejam tomadas medidas para proteger e recuperar esta área.